

A intolerância de uma nova ortodoxia

Quando mudam os valores sociais, acaba por se formar uma nova ortodoxia. E há sempre a tentação de silenciar o discordante. Nisto, a ortodoxia liberal que hoje predomina no Ocidente, não é mais tolerante do que as anteriores. Com a perseguição mediática ou com pressões legais, tenta-se criar muitas vezes um clima social no qual se considere inadmissível propor a posição contrária.

Na altura em que estavam em minoria, os liberais apoiavam a cultura alternativa, que defendia modelos diferentes dos então vigentes. Qualquer tentativa de os silenciar teria sido denunciada como opressão e autoritarismo. Seria de esperar que mantivessem essa atitude aberta e dialogante. Mas agora que constituem o *establishment*, detestam que alguém se atreva a propor qualquer alternativa ao seu próprio credo.

Um tema tabu

Um modo de defender a hegemonia própria é retirar um tema do debate social. Pensar-se-ia que, numa sociedade pluralista, todos têm direito a expor as suas próprias ideias e a lutar por elas. Mas não. É ver as reações contra a tentativa do governo espanhol atual de alterar a lei do aborto, com a mesma legitimidade para a modificar de governos anteriores.

Mas a tentativa de mudar o estabelecido é denunciada como um ataque aos direitos das mulheres. Não se quer discutir se a lei produziu demasiados abortos, nem se o feto é uma vida humana, nem se está protegido pela lei, nem se há outros modos de resolver um possível conflito de direitos... Basta dizer que é um direito da mulher. As mulheres que se opõem não contam. O aborto converte-se assim não já num direito, mas num tabu, que não pode ser motivo de debate.

Com as “fobias” não se discute

Outro expediente cómodo para não debater é despachar as opiniões contrárias como “fobias”.

Quem as defende padece de um transtorno, uma debilidade mental, que leva essa pessoa a adotar uma reação irracional. Portanto, não há nada a discutir com ela. Redefinir uma ideia como “fobia”, cancela o debate.

Embora não sejam os únicos, os que fizeram uma arte deste recurso fácil foram os movimentos *gays*. Inclusivamente, conseguiram que fossem aprovadas leis contra a “homofobia”, o que não deixa de ser um contrassenso, pois se é uma fobia patológica, quem a sofre não é responsável pelos seus atos.

Mas o qualificativo de “homófobo” não serve só para etiquetar os grupúsculos radicais que maltratam ou insultam os homossexuais. Por extensão, utiliza-se também para desqualificar à partida quem se opõe a algumas das propostas do movimento *gay*. Se se pensa que o casamento e as uniões homossexuais não são a mesma coisa, se se defende que é melhor uma criança ser criada por um pai e uma mãe, em vez de sê-lo por um casal do mesmo sexo, se há reservas morais para com a conduta homossexual, é muito provável que essas ideias sejam qualificadas de “homófobas”.

Frustra-se assim qualquer possibilidade de debate e de entendimento. Como escreveu Frank Furedi: “A recusa sistemática a levar a sério as capacidades mentais dos discordantes é a apoteose da estreiteza de espírito. Quando as pessoas se negam a submeter os seus raciocínios ao escrutínio público, com a desculpa de que os seus oponentes se movem pelo ‘ódio’ ou por uma ‘fobia’, então dificilmente podem clarificar-se os assuntos em discussão e a verdade permanece oculta. Acabamos assim metidos em pleno na debatefobia”.

A Furedi estas acusações de “fobias” fazem-lhe recordar o modo de proceder na antiga URSS, onde alguns dissidentes eram retidos em hospitais psiquiátricos. Em vez da reclusão, na sociedade atual recorre-se à sua estigmatização e a impor-lhes diversas formas de desqualificação cultural e social. Não deixa de ser curioso que os mesmos que pressionaram para que a homossexualidade não fosse considerada uma doença psiquiátrica, inventem agora uma “fobia” que pressupõe desqualificar a saúde mental de outros.

Agite um slogan

Um debate exige sempre argumentos e réplicas, matizes e dados. Algo laborioso. Um modo de poupar-se a este trabalho é inventar um *slogan* que demoniza a posição contrária, e faz abortar a discussão. Por exemplo, uma tentativa de reforma da gestão de um serviço do Estado Providência – a saúde, a educação...–, abrindo-o à concorrência ou modificando as condições laborais em que é prestado, pode ser prejudicada ao grito de “privatização”. Assim, o foco da atenção centra-se em se alguma empresa privada vai ganhar quota de mercado, e não em se o cidadão vai ser melhor servido e em se o serviço será prestado com poupança de custos.

Quando se confronta o *slogan* com a realidade, ele costuma ficar em maus lençóis. Por exemplo, embora em Espanha o ensino público tenha sido sempre maioritário e haja sido melhor financiado pelo Estado do que o privado concertado, muitas vezes os sindicatos clamam contra a “privatização” do ensino que, na opinião deles, o governo está a tentar fazer – o nacional ou os regionais, consoante quem esteja a governar.

No entanto, os números dizem-nos que o ensino público nos níveis não universitários, passou de abranger 67,3% dos alunos no ano letivo de 2007-08, para 68,3% em 2012-13. Na Universidade, o número de alunos está em baixa desde há três anos letivos, tanto devido à redução da população jovem, como pelos possíveis efeitos do encarecimento das propinas no ensino público. Mas também aqui se verifica que as universidades privadas conheceram uma descida maior de alunos a frequentá-las do que as públicas. Poderiam clamar contra a “estatização”!

Outro recurso para fazer calar o adversário é aplicar-lhe um qualificativo antes lançado para desqualificar charlatães. Assim, o qualificativo de “negacionista”, tradicionalmente utilizado para condenar os que, contra toda a evidência, rejeitaram a realidade do Holocausto judeu, foi reciclado para pôr em causa os que colocam em dúvida aquilo que tem sido designado por “mudança climática”. Sem dúvida, não faltam provas da alteração do clima devido à atividade humana, mas também é verdade que existem opiniões variadas sobre a magnitude da mudança, as suas consequências e o modo de a enfrentar. Todavia, em vez de entrar neste debate, dá-se por adquirido que o adversário é um “negacionista”, isto é, alguém que atua de má fé e com quem é inútil discutir.

Tu odeias-me

Outra variante para silenciar o adversário, inclusivamente pela via penal, é qualificar as suas palavras de *hate speech* ou discurso do ódio. O mero facto de se desaprovar o estilo de vida de um grupo ou de se discordar publicamente das suas pretensões, equivaleria a um comentário maligno, que só pode

ser movido pelo ódio. Invocando diversas motivações – racismo, sexismo, xenofobia, homofobia...– vários grupos tentam que o Estado castigue não ações, mas palavras que esses grupos consideram difamatórias.

Exemplo é a proposta Lunacek, aprovada no Parlamento Europeu como “Folha de Roteiro da UE contra a homofobia e a discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de género”, pedindo aos Estados “legislação penal a proibir o incitamento ao ódio por motivos de orientação sexual e identidade de género”.

Isso levanta o problema de definir o que é o incitamento ao ódio, sempre e quando não seja definido simplesmente pelos sentimentos de quem se sente ofendido. Os que propõem penalizar o “discurso do ódio”, costumam invocar o dano social causado pela expressão dessas ideias racistas, sexistas... Mas a lei penal exige que o delito seja bem tipificado. A liberdade de expressão e de consciência, e a capacidade para atuar de acordo com essas convicções, não devem ser impedidas só para que alguém não se sinta incomodado pelas críticas emitidas por outros.

As suspeitas sobre as verdadeiras intenções dos que invocam o *hate speech*, reforçam-se quando se observa que costumam ser grupos que não têm problemas em utilizar a linguagem mais virulenta contra os seus opositores, ou de recorrer ao ativismo mais intolerante, como o das aguerridas ativistas da organização Femen, em defesa das suas próprias causas.

I. A.

Modos de intimidar

A intimidação do adversário manifesta-se outras vezes em ameaças de boicote a instituições, empresas ou intelectuais que têm opiniões contrárias às defendidas por um grupo. Nestes casos, atua-se de acordo com a lei do funil. Isto foi muito ilustrativo nas campanhas sobre o casamento *gay* nos Estados Unidos. Se grandes magnates de Hollywood ou se o fundador da Amazon, Jeff Bezos, doam milhões de dólares para apoiar a causa do casamento *gay*, é amostra da sua liberalidade progressista e ninguém porá em dúvida o seu direito de o fazer.

Mas se Dan Cathy, dono da cadeia de restaurantes Chickfil-A, declara numa entrevista que a empresa apoia a família tradicional e, além disso, se verifica que deu apoio financeiro a organizações contrárias ao matrimónio entre casais do mesmo sexo, grupos de ativistas *gay* pedem o boicote dos seus restaurantes e os presidentes dos municípios de Chicago,

Boston e São Francisco apressam-se a dizer que a cadeia não seria bem recebida nas suas comunidades. Cathy deixou bem claro que, embora ideologicamente se oponha ao casamento gay, a sua cadeia nunca fez discriminações devido à orientação sexual, nem entre os seus empregados, nem entre os seus clientes.

Paradoxalmente, os mesmos que pedem o boicote devido a uma questão ideológica, gritam escandalizados pelo facto de um fotógrafo, cristão, não querer fazer a reportagem fotográfica de um casamento gay e levam-no a tribunal por discriminação. Em agosto último, o Supremo Tribunal do Novo México multou uma pequena empresa, a Elane Photography, por se negar a fazer a reportagem de um casamento desse estilo. Seria também discriminatório se o fotógrafo se negasse a fazer uma reportagem para promover um circo que tem espetáculos com animais, quando se verifica que o fotógrafo se opõe a tal prática?

Cátedra menos livre

Agora, os promotores do casamento gay já não se conformam com menos do que a adesão incondicional. Esta atitude chega a pôr inclusivamente em questão a liberdade de cátedra, quando alguém se atreve a colocar em dúvida a nova ortodoxia. Assim, os defensores da adoção por casais do mesmo sexo não se cansam de repetir que as crianças criadas nestes casais não têm qualquer desvantagem em relação às restantes e, para isso, alegam diversos estudos que seriam o “consenso científico”.

Mas se um sociólogo como o norte-americano Mark Regnerus, da Universidade do Texas, apresenta uma investigação completa que apresenta novas e importantes provas das diferentes consequências que tem nos filhos o serem criados num lar homossexual ou num lar de mãe e pai casados, então a liberdade de cátedra deixa de ser inviolável. Ativistas gay qualificaram as suas conclusões de “fraudulentas” e “difamatórias”, e levaram mesmo a que um comité da Universidade tivesse revisto a metodologia do estudo, para concluir que não havia incorrido em nenhuma *práxis* má.

A verdade é que, na ânsia de normalizar qualquer conduta sexual, a pressão e o voluntarismo podem substituir a evidência científica. Nesta linha, a citada resolução Lunacek pede à Organização Mundial de Saúde que “suprima os transtornos de identidade de género da lista de transtornos mentais e do comportamento, e garanta uma reclassificação desses transtornos como transtornos não patológicos”. Já não conta o que disser a medicina, mas o que exigir um *lobby*.

Di-lo a Igreja

Um truque próprio do laicismo integrista é recusar à partida um verdadeiro debate público sobre argumentos defendidos por cidadãos crentes ou pela Igreja católica. Não é que se lhes peça que apresentem argumentos que possam ser partilhados na esfera civil e política, em vez de o serem por motivos de autoridade religiosa. Simplesmente, considera-se que os seus argumentos estão contaminados pela sua procedência, daí que, admiti-los, significaria render-se a uma “intromissão” da Igreja, ou dos crentes em geral, que pretendem “impor as suas próprias convicções”. Assim, haveria que deixar que apenas o ponto de vista “laico” se impusesse a todos.

Em princípio, num debate cívico, o importante não são os motivos subjetivos pelos quais alguém defende uma posição, mas as razões que apresenta. Contudo, o recurso fácil de denunciar a suposta intromissão religiosa evita entrar na discussão de se um argumento é bem fundado.

Hoje, o perigo é mais que o Estado tente impor à Igreja as suas próprias convicções. Vimo-lo nas recentes recomendações feitas pelo Comité da ONU dos Direitos da Criança, que, indo para além da sua tarefa, aproveitou a ocasião para pedir que a Igreja altere a sua doutrina sobre o aborto, a homossexualidade e o acesso dos adolescentes à anticonceção. Ou quando a Administração Obama, para implantar a reforma de saúde, tenta impor que o empregador cubra no seu seguro médico determinados métodos anticoncepcionais e o aborto, mesmo que isso repugne às suas convicções.

Outras vezes, a intromissão estatal chega inclusivamente ao interior da Igreja. Quando o Sínodo da Igreja de Inglaterra (anglicana) decidiu em 2012 não aprovar, na altura, a ordenação de mulheres bispo, houve parlamentares que não só insistiram que as mulheres deviam ser bispos, como propuseram que o Parlamento obrigasse a Igreja a retomar o tema sem esperar o Sínodo seguinte.

Newspeak orwelliano

Uma nova ortodoxia exige também uma nova linguagem, ou, melhor, uma mudança de significado das palavras. Deste modo, na linha do *newspeak* orwelliano, algumas palavras passam a significar justamente o contrário do seu sentido original.

Christina Odone, jornalista, conta no semanário “New Statesman” (14.1.2014) que quando se estava a discutir na Grã-Bretanha o tema do casamento gay, a organização Christian Concern organizou um ato na Law Society para debater o tema, ato para o qual ela própria foi convidada. Mas poucos dias antes, a Law Society negou-lhes as suas

entradas, alegando que podiam vir a expressar-se opiniões contrárias ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que contrariava a sua “política de diversidade”. A mesma recusa e a mesma desculpa da “política de diversidade” repetiu-se na tentativa de utilizar os salões do Queen Elizabeth II Conference Centre.

Em resumo, a invocação ritual do respeito pela “diversidade” e pela “inclusão”, pode servir para impor o pensamento único e excluir quem emite uma opinião diversa.

Nunca foi fácil tolerar o dissidente. A novidade atual é que, em nome da tolerância, alguns governos ocidentais atuam de modo intolerante contra grupos que defendem posições diferentes do “politicamente correto” do momento. Michael Casey, sociólogo australiano, captou bem a mudança, ao explicar: “No seu sentido genuíno, a intolerância seria negar-se a respeitar os direitos de outras pessoas, mas agora estendeu-se a algo que de nenhuma forma é intolerância: o direito a negar-se a dar por boas, escolhas com as quais não estamos de acordo. A ‘tolerância intolerante’ pretende obrigar, em nome da tolerância, a admitir como bons, valores e práticas com que se discorda”.

Tão-pouco importa muito que a maioria das pessoas considere que a lei não deve apoiar esses valores e práticas. Isso viu-se muito claramente na já longa batalha nos EUA relativamente ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Até 2012, em 32 estados onde se havia submetido a referendo, tinha sempre perdido. Só em 2012, em consultas coincidentes com as eleições presidenciais, ganhou por votação popular em três estados (Maine, Maryland e Washington) com maiorias pequenas. Mas não é qualquer referendo que tem validade: se ganho eu, expressa-se a vontade popular; se ganham os outros, não se podem esmagar os direitos das minorias.

Daí, os promotores do casamento *gay* batalharem sobretudo nos tribunais federais e no Supremo Tribunal para frustrar essa vontade. Em nome da democracia, ignora-se o que o povo venha a votar.

Esperemos que não se chegue ao orwelliano “crime de pensamento”. Para não aprofundar esse caminho, a nova ortodoxia deveria recordar o que dizia Orwell no seu prólogo a “O Triunfo dos Porcos”: “Se a liberdade significa algo, significa o direito de dizer aos outros o que não querem ouvir”.

I. A.